

ANÁLISE DOS ANGOLANISMOS NO *DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA*

ANALYSIS OF THE ANGOLANISMS IN THE *CONTEMPORARY DICTIONARY OF PORTUGUESE LANGUAGE*

Bernardo Sipiali Sacanene*
besacanene@gmail.com

Este trabalho apresenta uma análise dos angolanismos no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Utilizaremos aqui o termo «angolanismo» para nos referir a todas as unidades lexicais, em uso no português, provenientes das línguas bantu. Os angolanismos foram recolhidos mediante uma técnica de pesquisa reversa, com recurso à etiqueta <umbundu> para a extração das unidades da língua umbundo; <quicongo> para as unidades da língua quicongo e a etiqueta <kimbundu> para a língua quimbundo, para além da etiqueta <Angol>, para as unidades cuja origem não foi identificada pelos autores do DLPC ou que, não tendo origem nas línguas selecionadas, são usuais no léxico do português falado em Angola. A extração dos angolanismos mediante estas etiquetas permitiu agrupá-los de acordo com a sua origem. Além da própria recolha dos angolanismos no DLPC, foi objeto de análise a presença de angolanismos na língua mais representativa, a disposição nos verbetes e eventuais conotações negativas no uso dos mesmos.

Palavras-chave: Angolanismos. Unidades lexicais. Umbundo. Quicongo. Quimbundo. DLPC.

In this paper, we present an analysis of the Angolanisms in the *Contemporary Dictionary of Portuguese Language*. The term ‘Angolanism’ is used to refer to all the lexical units used in the Portuguese Language, and belonging to the Bantu languages. We have applied a reverse search technique in order to collect the Angolanisms with the following tags: <umbundu> to extract the Umbundo units; <quicongo> for the units of the Quicongo language and <kimbundu> for the Quimbundo units. The tag <Angol> was used to identify the lexical units which do not belong to the

* CEHUM – Universidade do Minho, Portugal.

A versão digital original do DACL não está disponível publicamente. O grupo de Processamento de Linguagem Natural do Departamento de Informática da Universidade do Minho está a desenvolver o suporte tecnológico para uma nova edição digital do DACL, coordenada por Ana Salgado, da ACL, contando com a participação de Alberto Simões, do IPCA (Instituto Politécnico do Cávado e do Ave) e José João Almeida, da Universidade do Minho, responsáveis pelo suporte tecnológico, e de Álvaro Iriarte Sanromán, da Universidade do Minho, como consultor.

O meu agradecimento por permitir a consulta da base de dados.

chosen languages, despite their occurrence in the lexicon of the Portuguese spoken in Angola. The extraction of Angolanisms through these tags allowed us to group them according to their origin. Additionally, the presence of Angolanisms in the *CDPL*, in the most representative language was analyzed, as well as its causes and consequences. The provision of the entries into the named Dictionary and the possible negative connotations in their use have also been considered in our research.

Keywords: Angolanisms. Lexical units. Umbundo. Quicongo. Quimbundo. DLPC.



1. Introdução

O contacto entre o povo português e angolano fez com que unidades lexicais bantu, mais concretamente das línguas umbundo, quicongo e quimbundo entrassem no léxico do português. Este trabalho corporiza uma reflexão sobre estas unidades recolhidas na base de dados¹ que se está a construir para uma nova edição do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (de agora em diante, designado, neste trabalho, como DLPC), que terá versão eletrónica, elaborada a partir da primeira edição deste dicionário (Casteleiro 2001).

A investigação tem como objetivo identificar e analisar os angolanismos registados neste Dicionário.

Os mesmos foram recolhidos mediante uma técnica de pesquisa reversa, com recurso à etiqueta <umbundu> para a extração das unidades da língua umbundo; <quicongo>, para as unidades da língua quicongo e a etiqueta <kimbundu> para a língua quimbundo, para além da etiqueta <Angol>, para as unidades cuja origem não foi identificada pelos autores do DLPC ou que, não tendo origem nas línguas selecionadas, são usuais no léxico do português falado em Angola.

Constitui também preocupação, além das questões relacionadas com a recolha dos angolanismos no DLPC, a identificação da língua mais representativa, as possíveis causas e consequências, respetiva disposição nos verbetes, bem como eventuais conotações negativas no uso dos mesmos e a presença ou ausência de marcas lexicográficas sobre seus usos pragmático-

1 Agradeço a Alberto Simões o acesso à base de dados.

-contextuais (por exemplo, COLOQ. (coloquial), FAM. (familiar), CALÃO, PEJOR. (pejorativo), TABU, etc.)

2. Enquadramento teórico

A presente reflexão tem como marco teórico de referência os trabalhos de Costa (2013), pelas críticas feitas relativamente a alguns dicionários da língua portuguesa, com destaque para o DLPC e o Dicionário da Porto Editora (Almeida & Sampaio 2003); Ribas (2014) que recolhe as unidades lexicográficas de uso frequente no português de Angola e as apresenta na obra intitulada *Dicionário de Regionalismos Angolanos*. Le Guennec e Valente (2010), Daniel (2010), Cobe (2010), Kamuxitu (2008) e Daniel (2002), autores de dicionários bilingues e monolingues das línguas umbundo, quicongo e quimbundo, foram as fontes utilizadas para comparar a origem e o significado dos angolanismos presentes no DLPC. Correia (2009) permitiu-nos compreender algumas questões relacionadas com os preconceitos, mormente as conotações negativas identificadas no DLPC. Finalmente, seguimos Conley e O´Barr (1998) no estudo das relações entre língua e poder em contextos socioculturais.

3. Metodologia e organização do trabalho

Mediante a técnica de pesquisa reversa que consiste, segundo Barros (2005, p. 69), “num recurso usado nos dicionários eletrónicos que permite ao usuário descobrir um ou mais verbetes a partir de palavras usadas nas definições desses verbetes, ou a partir de rubricas que identificam áreas de uso de certas aceções ou a partir de autores de abonações, ou a partir de categorias gramaticais, ou a partir de uma combinação” foi possível identificar um total de 709 angolanismos, distribuídos como se indica na Tabela 1:

Tabela 1. Disposição dos angolanismos no DLPC

Número total de angolanismos		709
Número de entradas atribuídas a cada língua	<umbundu>	37
	<quicongo>	19
	<kimbundu>	241
	<Angol>	374
Origem Obs- cura	<Kimbundu>	17
	<Angol>	21

O nosso trabalho organizar-se-á em três partes, nomeadamente: o enquadramento teórico, a metodologia e a análise dos resultados como se explica em seguida. Na secção 4 começaremos por definir o termo «angolanismo» e analisaremos a forma como estes se distribuem tendo em conta a origem de cada um. Na secção 4.1 procurar-se-á responder com ajuda dos dicionários das línguas umbundo, quicongo e quimbundo às questões relacionadas com número de entradas consideradas angolanismos, o número de aceções e as entradas atribuídas a cada língua. Na secção 4.2 far-se-á a recolha de todas as unidades lexicais etiquetadas com a marca <Angol>, mas que não têm origem nas línguas bantu. Na secção 4.3 destacar-se-ão as unidades lexicais identificadas no DLPC com conotações negativas e as possíveis razões por trás disso. Na secção 4.4 discutir-se-á o levantamento dos angolanismos cujas origens não correspondem às etiquetas atribuídas e a associação quase exclusiva destes a uma única língua; no ponto 4.5 analisaremos as implicações da atribuição do maior índice de angolanismos ao quimbundo e a relação desta língua com o poder. Na secção 5 apresentaremos algumas conclusões e acabaremos com algumas considerações finais (secções 5, 6) e algumas propostas de trabalho futuro (secções 6, 7).

4. Análise dos angolanismos no DLPC

Para a compreensão da análise pretendida é preciso clarificar a noção que o termo angolanismo encerra e, sobretudo o que é que neste trabalho é considerado como tal.

Por angolanismos entendemos aqui os empréstimos lexicais provenientes das Línguas Nacionais no Português em Angola (Costa 2015). Segundo Costa, os angolanismos têm origem em diversas línguas faladas em Angola, sendo bastante frequente e com uma maior predominância do quimbundo

e que ‘afetando’ os mais variados níveis sociais. Por outro, podemos apresentar ainda, os angolanismos como sendo “léxicos oriundos das línguas angolanas no português, os quais resultam do contacto secular entre o povo português e o angolano e da transferência e/ou adaptação destes no léxico para o português falado em Angola” (Sacanene 2016, p. 92).

O que se designa, nesta reflexão, por angolanismos são, no entender de Ribas (2014, p. 7), regionalismos que resultam da incorporação de vocábulos essencialmente regionais, uns sem alteração, outros por hibridismo linguístico com o português. Torna-se necessário, referir que, na obra citada, não aparecem apenas palavras das línguas angolanas, mas também da língua portuguesa, que ganharam uma conotação típica da cultura do povo. Para Undolo (2016, p. 159), angolanismos são “o conjunto de bantuísmos e dos casos de mudança fónica e/ou semântica em palavras da LP”. Ribas (2014) e Undolo (2016), além das unidades lexicais das línguas angolanas, incluem elementos da língua portuguesa, por considerarem que estes se apresentam no léxico do português aí falado com novas formas fónicas ou conteúdos semânticos próprios, emprestando a estas unidades do português o sabor da tropicalidade. O DLPC recolhe elementos que, não sendo das línguas angolanas, apresentam as particularidades mencionadas pelos autores citados que, neste trabalho, como foi referenciado na tabela 1, aparecem etiquetados como <Angol>, onde também se incluem unidades de outras línguas, principalmente o inglês.

Na tabela 1, de um total de 709 angolanismos registados no DLPC, ressalta à vista a desproporção entre as três línguas: 241 entradas foram etiquetadas como pertencendo ao <kimbundu>, 37 para <umbundu> e 19 para ao <quicongo>. Neste sentido, Costa (2013) afirma ter encontrado várias palavras cuja origem é atribuída somente à língua quimbundo, fica a ideia de que, em Angola, ao nível das línguas angolanas, apenas o quimbundo constitui uma língua produtiva, no que às unidades lexicais diz respeito e continua os seus argumentos afirmando que, no português que se fala em Angola estão cristalizadas expressões provenientes de quase todas as línguas nativas faladas no país, embora o quimbundo apresente uma ligeira predominância. A predominância do quimbundo é também apontada por Ribas (2014) e Undolo (2016) por entenderem que a presença colonial portuguesa foi mais intensa na região afeta ao grupo etnolinguístico ambundo.

Concordando com a posição de Costa (2013), a ideia de que o maior número de angolanismos apresentados como tendo origem exclusiva no quimbundo precisa de ser revista. Razões de ordem genealógica das línguas e a forma como estas unidades lexicais entraram no português em

Angola, são consideradas fundamentais na atribuição da origem. A entrada de angolanismos no léxico da língua portuguesa aconteceu por via do processo de tráfico de escravos e resultou, como faz constar Tinhorão (1988), do intercâmbio linguístico que viria a marcar a língua falada nestes lugares nos domínios da fonética da morfologia e do léxico resultante da longa convivência entre os povos. Segundo o autor já citado, a preocupação com o entendimento das línguas africanas, por parte dos missionários portugueses data, de 1624, por altura da publicação da tradução do catecismo português de Marco Jorge para a língua do Congo pelo jesuíta Mateus Cardoso. Contudo somente em meados do século XIX surgiu a preocupação de procurar, dentro da língua portuguesa, as possíveis palavras provenientes do contacto específico com as falas dos negros africanos.²

Melo (1981) refere que a influência africana visível no léxico do português do Brasil talvez tenha decorrido dos quatro milhões de negros importados da África, alguns da região sudanesa e a grande maioria da região austral. Quando a população se estabeleceu constituíram-se duas línguas gerais, nomeadamente o nagô ou ioruba na Bahia e o quimbundo nas outras regiões. O autor acrescenta ainda que o quimbundo é mais importante não só linguisticamente – porque tem maior poder expressivo bem como vocabulário mais rico, senão também e principalmente porque foi muito mais empregado, por maior número de indivíduos e numa área geográfica muito mais considerável (Melo 1981, p. 76).

Esta posição é contrariada por Puzzinato e Aguilera (2006, p. 22) que afirmam que “sobre as línguas do domínio bantu existem várias e complexas classificações, mas que nesse emaranhado de línguas, foram relativamente importantes sobre outras, no Brasil, três línguas litorâneas – umbundo, quimbundo (Angola) e quicongo (Angola e Congo-Brazzaville)”. Este posicionamento demonstra que a marcação dos angolanismos foi feita quase numa única direção quando, o seu percurso deveria ser analisado em duas ou mesmo três direções.

2 O primeiro a intentar esta investigação terá sido o então bispo do Reservatório de Coimbra e conde de Arganil, D. Francisco de São Luiz, seguido pelo cardeal Saraiva, que em 1837 teve editada pela tipografia Real das Ciências de Lisboa o seu *Glossário de Vocábulos Portugueses Derivados das Línguas Orientais e Africanas*, Exceto a Árabe. Neste estudo, D. Francisco de São Luiz já falava da existência de 27 vocábulos de origem negro-africana de uso corrente em Portugal. Posteriormente, registam-se as publicações de A.J de Macedo Soares, *Sobre as palavras Africanas Introduzidas no Português do Brasil* (1880); de Jacques Raimundo, *O Elemento Afro-Negro no Português do Brasil* (1933); de Nelson Senna, *Africanismos no Brasil* (1921) e *Africanos no Brasil* (1938); de Renato Mendonça, *A Influência Africana no Português do Brasil* (1933). Com estes estudos, percebeu-se a existência de mais de 350 palavras de origem negro-africana, muitas das quais seriam também usadas em Portugal (Tinhorão 1988, p. 344).

Importa ainda realçar que o contacto resultante do processo de tráfico de escravos foi determinante para o aparecimento de palavras dos negro-africanos no léxico e, por conseguinte, surgiu a preocupação com o seu estudo.

Outro aspeto a considerar é a genealogia das línguas. A unidade lexical *mynhoca*, por exemplo, que aparece no auto *Pranto de Maria Parda*, de 1522, de Gil Vicente, descrita em Tinhorão (1988) como sendo originária do quimbundo <nhoca>³, que significa cobra, acrescida do prefixo locativo *mu-*, ‘em, dentro de terra’, também existem nas línguas umbundo e quicongo.

Consultados os dois dicionários verifica-se que a mesma palavra apresentada como sendo do quimbundo também existe nas duas línguas que serviram de referência para este estudo. Neste sentido, a atribuição de certas origens unicamente ao quimbundo terá, provavelmente, partido de informações contidas nos glossários e gramáticas de então.

4.1. Levantamento dos angolanismos no DLPC

O nosso estudo debruçou-se sobre os seguintes pontos:

- número de entradas consideradas angolanismos;
- número de aceções consideradas angolanismos;
- número de entradas atribuídas a cada língua;
- número de entradas mal atribuídas a cada língua;
- número de entradas ou aceções etiquetadas como sendo angolanismos e também etiquetadas como tendo conotações negativas;
- número de entradas ou aceções etiquetadas como sendo angolanismos com conotações negativas e não etiquetadas como tal;
- número de aceções consideradas angolanismos;
- origem de cada angolanismo.

3 **Cobra**, s.f. Réptil ofídio, *onhoha*; ... amarela, comprida que vive na terra lodosa, engole; ... amarela dos caminhos, *ombandanjila*; ... com rabo curto espalmado, *epindanete*, *onhohasi*; ... com rabo curto, víbora, *ombuta*; ... cuspideira, *ekwiva*, *esyate*; ... de água, *ochyanjangombe*; ... de água não venenosa, *onjawe*; ... das lagoas, *epolwa*; ... das montanhas que atinge alguns metros, *omona*; ... das montanhas, pretas e que mata quase instantaneamente, *ondala*; ... estreita e comprida, *olwonjo*; ... monstruosa das nascentes, *ochyanjangombe*; ... que caça toupeiras, *etvulanjila*, *olutanjila*; ... que fura a terra mole, *ochivolovolo*; ... que se arrasta ora sobre um lado, ora sobre outro, *ngongwakuma*; ... que tem riscos no dorso, *olwondo*; ... verde, *onombo*; ... verde e anfíbia, *ochilembe*; ..., vermelha, *sulukuku*; remédio para afugentar as..., *enhanhanhoka*; pessoa de má índole, *onhoha yomunu* (Le Guennec & Valente 2010, p. 116)

Cobra s. *nyoka*; dizer cobras e lagartos de: mpova ambi, kumba, kumbu. (Cobe 2010, p. 133)

Tabela 2. Levantamento dos angolanismos no DLPC

Número de entradas atribuídas a cada língua	Número de entradas mal atribuídas a cada língua	Número de entradas ou aceções etiquetadas como sendo angolanas e também etiquetadas como tendo conotações negativas	Número de entradas ou aceções etiquetadas como sendo angolanas e também etiquetadas como tendo conotações negativas	Númeo de aceções consideradas angolanismos	Origem de cada angolanismo
258	2	2	2	194	<kimbundu>
19	0	0	0	23	<kikongo>
37	0	1	1	35	<umnundo>
395	2	0	0	421	<Angol>

O levantamento das entradas mal atribuídas a cada língua nos angolanismos registados no DLPC foi analisado com recurso aos dicionários das línguas selecionadas, nomeadamente: Le Guennec e Valente (2010), Cobe (2010), Daniel (2002) Ribas (2014), Daniel (2010), Maia (2010), Kamuxitu (2008), o que permitiu verificar e comparar as origens atribuídas a cada uma das línguas e, sempre que se julgou necessário, refutar alguns dados.

Dos 709 angolanismos analisados foi possível verificar a existência de algumas unidades lexicais mal atribuídas: *caçula*, *ganguela*, *humbe* foram mal atribuídas ao quimbundo enquanto, *bamba*, *bambi*, *binda*, *buala*, *cacimba*, *calema*, *calundu*, *calunga*, *camba*, *cambo-sonhi*, *cota*, *damba*, *disombe*, *macumba*, *mamona*, *matete*, *muamba*, *mucanda*, *musseque*, *quicunga*, *quimbo*, *quitada*, *soba*, *umbanda* foram atribuídos exclusivamente ao quimbundo, pertencendo, porém, a outras línguas nacionais. Quanto à língua umbundo regista-se o caso de *quimbondo*⁴ com uma definição que não está correta. Em relação ao quicongo não foram detetadas entradas mal atribuídas. O número reduzido de angolanismos com origem língua quicongo registado no DLPC terá contribuído para que tal acontecesse.

4 Registada no DLPC da seguinte forma: *quimbondo n. m. geo.* Angol. Bebida fermentada, de alto teor alcoólico, feita de milho e fuba de bombó. (Do umbundo) (Casteleiro 2001, p. 3044)

4.2. Angolanismos com outras origens

Como já foi mencionado, incluímos na categoria de angolanismos elementos lexicais que não têm origem nas línguas angolanas. O DLPC apresenta alguns vocábulos com origem em outras línguas, porém com funcionamento pleno no português falado neste país.

Com efeito, não sendo objetivo principal desta reflexão analisar os neologismos angolanos, ainda assim, importa referir que há unidades lexicais presentes no DLPC etiquetadas com a marca <Angol>, as quais não tendo as características descritas por Sacanene (2016) e Costa (2013), têm origem noutra língua como propuseram Ribas (2014) e Undolo (2016), com a particularidade de se terem adaptado ao sistema do português falado em Angola, apresentando um significado próprio e típico da realidade que definem.

Para demonstrar que o intercâmbio linguístico ocorreu de duas formas, nomeadamente através da incorporação de unidades das línguas angolanas no léxico do português e da transformação de unidades lexicais do português e outras línguas para exprimir novas realidades enquadradas no processo conhecido por neologia denominativa. (Correia & Lemos 2005), identificamos, por exemplo:

balado	copla
batida	damo, a
birra	lavra
biscato	lençol
bizar	mais-velho
bizne	mano
bizno	mata-bicho
boatar	palmito
bofa	pau-azeite
bula	pau-zeitona
capote	pé-de-moleque
confiado	tenda

Apresenta-se, em seguida, alguns exemplos do funcionamento das unidades lexicais da lista e os seus respetivos significados:

1. O *mais-velho* (= O pai) está em casa por isso hoje não poderei sair de casa.
2. O Pedro é o meu amigo *confiado* (... = de confiança/em quem posso confiar)

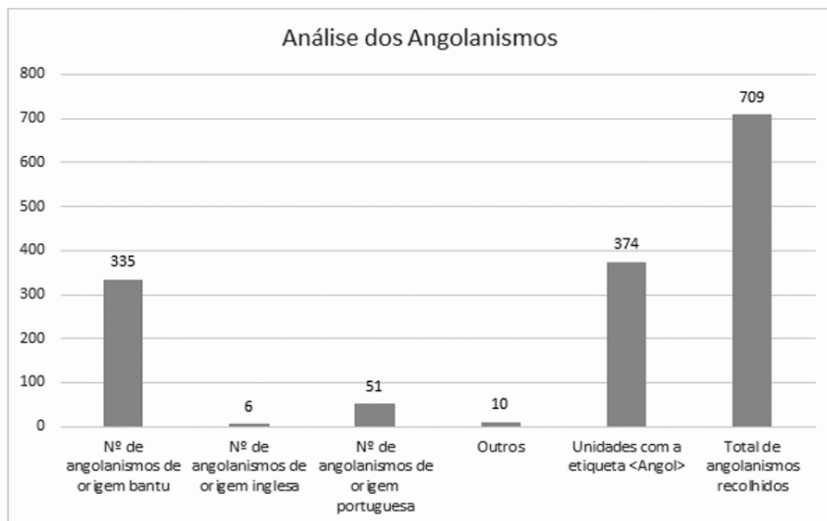


Gráfico 1. Análise dos angolanismos com outras origens

O Gráfico 1 mostra que, dos 709 angolanismos recolhidos no DLPC, 335 são de origem bantu e 374 representam as unidades lexicais com etiqueta <Angol>, entre as quais se incluem angolanismos de origem bantu e de outras origens. Destes 374 angolanismos, 6 são de origem inglesa, 51 de origem portuguesa e 10 de outras línguas. Os dados apresentados mostram que as línguas bantu influenciam significativamente o léxico do português falado em Angola.

4.3. Angolanismos com conotação negativa

A língua enquanto fenómeno social está sujeita a determinadas convenções, sendo que certas palavras não podem ser usadas em determinados contextos, porque acarretam, por vezes, um forte pendor depreciativo, com associações xenófobas entre outras. Se por um lado, alguns referentes usados para designar realidades angolanas acarretam conotações negativas, o inverso também acontece. Neste trabalho foram identificadas, no DLPC, algumas aceções, sobretudo de unidades lexicais provenientes das línguas angolanas, com conotações negativas, nem sempre alertando o utilizador para esse facto, com marcas lexicográficas de CALÃO, PEJOR., TABU, etc. Deste modo, o lexicógrafo apresenta alguma distância relativamente a eventuais usos preconceituosos de certas unidades lexicais.

O DLPC não conseguiu evitar determinados preconceitos, como descreve Correia (2009), em alguns dos angolanismos recolhidos, possivelmente devido às circunstâncias em que se deu o contacto entre os dois povos, e que esteve na origem da introdução de unidades das línguas angolanas no léxico do português e vice-versa.

A colonização não seria efetiva se o colonizador não impusesse a sua língua, menosprezando por sua vez a língua dos nativos como um dos mecanismos para efetivação deste anseio. A inserção de elementos estranhos à língua portuguesa, sobretudo oriundos da realidade angolana, nem sempre era bem vista pelos colonizadores. Certos hábitos e costumes eram tidos como nocivos e eram desencorajados a qualquer custo, porque punham em causa a aprendizagem da língua portuguesa, o que retardaria o processo de implementação da cultura portuguesa.

Os dicionários, apresentam os léxicos das línguas, nos quais se podem observar os estereótipos próprios de cada sociedade e, conseqüentemente, dos preconceitos que dela emergem (Correia 2009, p. 104). Eis três exemplos de unidades lexicais registadas no DLPC com conotações negativas: *quiçângua*, *sanzala* e *camundongo*.

A definição de *quiçângua* apresentada pelo DLPC remete para algo que não corresponde com o que a unidade significa da seguinte forma:

quissângua, quiçângua
n. f.
geo: Angol. cerveja de milho. (Do umbundo kisangua)
(Casteleiro 2001, p. 3041)

Também os dicionários de Ribas (2014), Le Guennec e Valente (2010) e o DLPC se referem à mesma unidade lexical como cerveja de milho. Daniel (2002) apresenta uma outra definição, sobre a entrada *ocisangua*, para referir a cerveja sem fermentação. Neste sentido, a definição presente no DLPC parece decorrer das apresentadas nos dicionários da língua umbundo as quais oscilam entre tipo de cerveja, cerveja de milho ou cerveja sem fermentação. A analogia inicialmente feita pelos dicionaristas da língua umbundo peca, por não traduzir na prática aquilo que é a *quiçângua*. Para Costa (2015, p. 19)

a *cisângua* é uma bebida feita à base de água e farinha de milho (branco ou amarelo); pode ser gaseificada ou não, dependendo dos dias em que permanece no recipiente. Na cultura dos Ovimbundo, à *cisângua* acrescenta-se o *ombundi* (raízes silvestres, doces).

O nosso desacordo reside no facto de se associar a *quiçângua* à cerveja, forçando a unidade lexical a encaixar-se num conceito preexistente na língua do colonizador, em vez de, por exemplo, se definir *quiçângua* simplesmente como bebida ou tipo de bebida que é mais genérico e sem qualquer conotação. Neste sentido, a unidade lexical que melhor se ajusta a *quiçângua* é *ocimbombo*⁵, pois para Daniel (2010, p. 176), cerveja é *s.f. ocimbombo; ocisangua capia, ekundi; okapata*.

Relativamente à unidade lexical *sanzala*, o dicionário apresenta uma informação que hoje não se ajusta à realidade, porque uma sanzala pode ser um bairro periférico, não urbanizado, não significando necessariamente que seja para negros.

Sanzala, sanzala n. f. Bras. Conjunto de alojamentos destinados aos escravos de uma fazenda ou de uma casa senhorial. Povoação de negros. Moças de panos, com cheiro de mar e sol, riam em suas conversas. E, no fim de tarde calmo, o fumo e o murmúrio das falas subiam da sanzala à beira-mar. J. L. VIEIRA, 51 Local onde reside um soba, de um chefe ou régulo de tribo africana. O soba afagava a sua máquina de costura inútil com olhos de Pietá lamentosa, os gaviões cobiçavam os pintos da sanzala em círculos manhosos demorados tensos de gula A. LOBO ANTUNES, 130. Grande ruído, barulheira; vozearia. Local onde há gritaria ou barulho. Do quimb. sanzalz 'povoação' (Casteleiro 2001, p. 3333)

O ruído, a desorganização, a falta de saneamento básico podem ser uma das características de uma sanzala, porém longe destas estará, seguramente a raça dos moradores. Daniel (2010) propõe para sanzala, *oluwumba, epamba; onsanjala; okanepa kolupale* que traduzido significa 'pequena parte de uma vila ou cidade'.

Para *camundongo*, o DLPC regista como origem a língua quimbundo, porém nesta unidade lexical não há, na informação sobre os limites geo-

5 *Ocimbombo; ocisangua capia*, cerveja. Cf. Daniel (2010, p. 176). O mesmo autor apresenta as seguintes entradas para o conceito de cerveja:

Cerveja feita de mel s.f. ovingundu; ocinyua ca pangwi lowiki; Ocinyua ca tema; ocinyua ca tokota

Cerveja fermentada s.f. ocimbombo; ocisangua ca tupuiwa, coloneke vikuála.

Cerveja mais graduada s.f. elondo; capia; catutuma; cakeluha; ciyayala; caneha

Cerveja para vender s.f. oheke; ocimbombo; ocase; ocisangua coku landisa.

Cerveja quente s.f. ocimbungila; ocuvila cosongo; ocimbulungila; ocipupa; apuluvava

Cerveja sem fermentação s.f. ocisangua; ocuvila; ocimbulungila; ocimbungila; ocinyua cofeka.

Esta classificação serve para minimizar a associação de *quiçângua* a cerveja, mas ainda assim, entendemos que é preferível que se use 'tipo de bebida' a 'tipo de cerveja'.

gráficos a marca Angol. (Angola) para informar sobre o uso desta realidade angolana como se vê no texto que se segue:

camundongo *n. m.* Bras. Zool. Pequeno rato caseiro, de cor cinzenta amarelada. Do quimb. *kamundongo* (Casteleiro 2001, p. 657).

Ribas (2014) marca *camundongo* como gentílico das regiões pertencentes ao antigo reino do Dongo que compreendem, atualmente as províncias de Malange, Luanda, Kwanza Norte e parte do Kwanza Sul.

A aceção de ‘rato’, no Português do Brasil é uma analogia das ações deste mamífero e deve-se, segundo o autor citado, aos frequentes furtos praticados pelos antigos escravos angolanos em consequência dos maus tratos recebidos. Eram os *ambundo*⁶ os preferidos para os serviços domésticos, daí a criação do neologismo depreciativo.

Como contribuição, o DLPC deveria incluir uma nova aceção a traduzir a ideia de nome gentílico, porque esse é o valor que *camundongo* tem em Angola. Em nosso entender, as duas aceções deveriam constar de qualquer dicionário de português.

4.4. Angolanismos que não correspondem à etiquetagem atribuída

É um dado assente que uma das formas que propiciou a entrada dos angolanismos no Português falado em Angola foi o contacto entre ambos os povos, numa primeira fase através do processo de tráfico de escravos. As unidades lexicais entraram devido à necessidade de comunicação, pois

“as relações diretas com essas novas realidades teriam de implicar na ampliação do universo vocabular dos conquistadores, primeiro através da adoção de nomes sem correspondentes na língua portuguesa (a exemplo dos títulos de nobreza ou administrativos, como *manicongo*, *sova* ou *soba*) depois pela incorporação de termos de uso comum e coloquial difundidos pelos próprios escravos africanos”. (Tinhorão 1988, p. 345).

6 Grupo que vive numa grande extensão do território angolano, que se estende entre o mar e o rio Kwangu ultrapassando o curso deste para Leste. O mesmo seguiu para Sul, abrangendo o baixo e o médio Kwanza. O grupo etnolinguístico *Ambundo* é formado pelos *Lwanda*, *Hungu*, *Lwangu*, *Niemo*, *Puna*, *Ndembu*, *Ngola*, *Mbondó*, *Mbângala*, *Holo*, *Kari*, *Xinje*, *Minungu*, *Songo*, *Bambeiro*, *Kisama*, *Lubolo*, *Kibala*, *Haku* e *Sende*. Tradicionalmente, a agricultura é a sua principal atividade. A língua do povo é o quimbundo e é falada nas províncias do Bengo, Kwanza Norte, norte da província do Kwanza-Sul, Malange e Luanda. (Fernandes & Ntondo 2002)

Os “termos de uso comum” começaram a ser difundidos por vários escritores entre os quais se destacaram David (2014), Fonseca (1985), Pepetela (1985), Vieira (1989) e Xitu (1988) que ao escreverem os seus textos, patentearam o linguajar do povo e, com o passar do tempo, parte considerável destas palavras entraram no léxico do português.

A frequência do emprego de palavras das línguas africanas na comunicação diária entre as pessoas do povo, pela sua parte, não pode ser posta em dúvida, pois chegou a constar como facto característico a particularidade de os escravos levados a Portugal em idade madura jamais conseguirem aprender o português (Tinhorão 1988, pp. 346–347). Se da frequência não se pode duvidar, das origens há algumas reservas. O problema poderá não estar nas origens, mas na exclusividade destas relativamente a uma única língua como acontece com a atribuição maioritariamente ao quimbundo de unidades lexicais como:

Caçula – Kimbundu?

Marimbondo – Kimbundu?

Matete – Kimbundu? Umbundu? – dupla origem?

Muata – senhor Kimbundu? Cokwe? – dupla origem?

Quimbondo – bebida alcoólica? quimbombo?

Consultadas as unidades acima descritas foi possível verificar que *caçula*, do umbundo *casula*, *casulako*, *kuasula*, *último* e *marimbondo*, do umbundo *elimbondo*, *elimbondue*, vespa, segundo Daniel (2010) têm origem no umbundo e, não no quimbundo como faz constar o DLPC. As unidades *matete* e *muata* podem apresentar origem dupla por via do umbundo e do cokwe, respetivamente. O mesmo não se pode dizer de *quimbondo* que é descrito como originário do umbundo, uma bebida fermentada de alto teor alcoólico, feita de milho e fuba de bombó.

Consultou-se Le Guennec e Valente, (2010) e Ribas (2014) e estes não apresentam *quimbondo* como tendo ligação com algum tipo de bebida, razão pela qual pensamos que possa ter havido algum equívoco no momento de definir a unidade. A definição que o DLPC apresenta corresponderia à unidade lexical *quimbombo* que, de facto, também tem as suas origens no umbundo por via da unidade lexical *ocimbombo* definida como uma bebida de alto teor alcoólico. Por outro lado, *quimbondo* é uma pessoa pouco asseada.

Portanto, o protagonismo mencionado por Melo (1981) de uma língua fez com que se associassem ao quimbundo quase todas as unidades lexicais

das línguas angolanas em uso, na altura, no léxico do português e não se teve em conta que as línguas bantu pertencem à subfamília Niger-Congo da família Congo-Kordofaniana como referiram Fernandes e Ntongo (2002), facto que as torna línguas com as mesmas características, e apresentando significados semelhantes em determinadas unidades lexicais.

4.5. Língua e poder

Analisadas as unidades lexicais de origem angolana no DLPC, questões como os fatores que estão na base do maior índice de atribuição de angolanismos de origem quimbundo e a relação que o quimbundo terá com o poder orientaram a presente reflexão. A base de reflexão, nesta parte do trabalho, assenta na premissa segundo a qual não há uma única maneira de relacionar a língua com o poder (Lastra 2003). Para o assunto em concreto voltaremos os dados apresentados na tabela 1, elucidativa no que à supremacia da língua quimbundo diz respeito. O fator de ordem social, que consistiu no contacto entre os povos permitiu a entrada de várias unidades lexicais de línguas angolanas no léxico do português. Salienta-se que a preocupação com estas unidades começa no ano de 1624 como referiu Tinhorão (1988) e continua. Os trabalhos de Mingas (2007), Chicuna (2015), Costa (2013), Mbangale (1998) são, neste contexto, importantes exemplos a considerar.

Uma das razões, é, obviamente, de ordem histórica, segundo as afirmações de Melo (1981), ao considerar que o quimbundo era língua mais importante e tinha maior número de falantes. Embora se referindo ao Brasil, esta posição ecoou por todas as partes onde as unidades lexicais de origem africana, em particular angolana, foram estudadas, podendo a informação constante no DLPC ter daí resultado.

Outra razão é de ordem política, considerando o percurso e a história dos movimentos de libertação em Angola, em particular a relação estabelecida feita entre os movimentos de libertação nacional e os grupos etnolinguísticos, principalmente a associação da UNITA ao grupo Ovimbundo e da FNLA ao Bacongo.⁷ Desde facto, pode-se depreender que esta associação se realizou em dois sentidos: político e linguístico, sendo que o discurso político se sobrepôs ao linguístico, porque o discurso é um lugar de poder (Conley & O' Barr 1998). A referida associação teve algum impacto na atri-

7 Posição rejeitada por Savimbi (1979), embora afirmasse que os movimentos teriam de ser fundados nalguma parte e por alguém.

buição de certas unidades lexicais a línguas não correspondentes (*vd. supra* § 4.4.) e, em alguns casos, a autorrejeição dos hábitos e costumes, porque, pelo que é dado a perceber, pertencer aos grupos Ovimbundo ou Bacongo poderia significar ter ligações a estes movimentos.

A aproximação dos grupos etnolinguísticos aos partidos fez com que a língua do movimento político vencedor tivesse supremacia. Esta supremacia mais do que assente na língua, encontra grande espaço no grupo, tendo-se constado que a maioria dos líderes independentistas angolanos do MPLA dominava, apenas o quimbundo e o português (Fonseca 2012). Dada as relações de poder existentes em cada grupo encontram-se casos de indivíduos que optam por apresentar os seus trabalhos na língua do poder como uma questão de interesse próprio, uma vez que esta dá acesso aos membros do poder e, possivelmente ao poder (William 2008) o que permite manter a hegemonia de um grupo sobre os outros.

Por conseguinte, a presença de maior número de angolanismos atribuídos a uma determinada língua ou, ainda, o protagonismo de uma certa língua, deve-se a circunstâncias históricas e a fatores de ordem política, assentes sobretudo com nas relações outrora estabelecidas entre os movimentos de libertação nacional e os grupos etnolinguísticos. Pertencer a um determinado grupo etnolinguístico seria um meio de ascensão ao poder.

5. Conclusões

Da análise realizada aos angolanismos registados pelo DLPC podemos concluir que:

- a. há um número considerável de angolanismos marcados exclusivamente como sendo do quimbundo quando podiam registar dupla ou tripla origem. São os casos, por exemplo de: *bamba, bambi, binda, buala, cacimba, calema, calundu, calunga, camba, cambo-sonhi, cota, damba, disombe, macumba, mamona, muamba, mucanda, musseque, quicuanga, quimbo, quitaba, soba, umbanda* (...);
- b. existe variação ortográfica mesmo em casos de angolanismos com a mesma etimologia (*mussorongo/ mussurongo/ muçorongo, quissângua/ quiçângua*) provavelmente porque os corpora usados na recolha dos dados registam duplas e triplas grafias. Por se tratarem de unidades lexicais em funcionamento no português, a uniformização da escrita, também na sua dicionarização, facilitaria o seu uso (embora, estas

- duplas grafias pudessem ser observadas nos dicionários, juntamente com outras informações)⁸;
- c. são vários os angolanismos que foram associados apenas a uma língua quando estes têm origem em outras línguas. Há casos de angolanismos de uso frequente, mas que não são marcados como existentes na realidade angolana (*bunda, camundongo*);
 - d. registam-se frequentemente definições com conotações negativas, nem sempre com a correspondente marca lexicográfica (*CALÃO, PEJOR., TABU, etc.*), que permita o distanciamento relativamente a eventuais usos preconceituosos decorrentes do passado histórico de Angola;
 - e. a associação de movimentos políticos a grupos etnolinguísticos teve relativa influência no uso preferencial de unidades lexicais pertencentes a um determinado grupo, devido às relações entre língua e poder. O tratamento destas unidades lexicais deverá ter em consideração fatores como a genealogia das línguas estudadas e a forma como estas unidades entraram na língua sem descurar sempre que possível, aspetos sociopolíticos, como os direitos linguísticos e culturais dos diferentes grupos, sobretudo para realidades em que as marcas étnicas poderiam ser motivo de eventuais conflitos futuros.

Este trabalho é parte do nosso projeto de doutoramento (em curso) sobre a análise do funcionamento dos angolanismos no léxico do português, em que serão aprofundadas, entre outras, as ideias aqui apresentadas.

Agradecimentos

A realização do nosso projeto de doutoramento está a ser possível graças ao apoio do Governo angolano através do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo (INAGBE). Aproveitamos manifestar o nosso reconhecimento ao Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM), aos membros do grupo Galabra-UMinho, de modo especial ao seu coordenador, Álvaro Iriarte S., pelo acompanhamento que tem estado a fazer ao nosso trabalho.

8 “Independentemente do tipo de usuário (linguista o profano na matéria) que possa vir a utilizá-lo, um dicionário de produção (bilingue ou monolingué) deveria conter informação sobre a ortografia; género, número e formação do plural e do feminino, a pronúncia; paradigmas regulares e irregulares da inflexão verbal; combinações típicas de palavras; para além de informação sobre o uso pragmático e informação de tipo enciclopédico.” (Iriarte Sanromán 2001, p. 62)

Referências

- Almeida, J. & Sampaio, A. (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. (8ª ed.) Porto, Portugal: Porto Editora.
- Barros, L. A. (2005). *Dicionários eletrônicos Aurélio e Houaiss: Recursos informáticos de que dispõem, semelhanças e diferenças*. Fapesp. São Paulo, Brasil: Annablume Editora.
- Chicuna, A. M. (2015). *Portuguesismos nas línguas bantu. Para um dicionário português-Kiyombe*. (2ª ed.) Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Cobe, F. N. (2010). *Novo Dicionário Português-Kikongo I*. Luanda, Angola: Mayamba Editora.
- Conley, J. M. & O' Barr, W. M. (1998). *Just words: Law, language, and power*. Chicago, Estado Unidos da América: The University of Chicago.
- Casteleiro, J. M. (Org.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa, Portugal: Academia das Ciências de Lisboa/Editorial Verbo.
- Correia, M. (2009). *Os Dicionários Portugueses*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- Correia, M. & Lemos, L. S. P. (2005). *Inovação lexical em português*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.
- Costa, T. M. C. da. (2013). *Os empréstimos das línguas bantu no português falado em Angola, um estudo lexicológico da variante angolana*. Luanda, Angola: Editora Grafvico.
- Costa, T. M. C. J. (2015). *Umbundismos no português de Angola proposta de um dicionário de umbundismos* (Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa).
- Daniel, H. E. (2002). *Dicionário de Umbundo, Umbundo-Português*. Lisboa, Portugal: Edições NAHO.
- Daniel, H. E. (2010). *Dicionário Português-Umbundu*. Luanda, Angola: Mayamba Editora.
- David, R. (2014). *Colonizados e colonizadores*. Luanda, Angola: Grecima.
- Fernandes, J. & Ntondo, Z. (2002). *Angola: Povos e línguas*. Luanda, Angola: Editorial Nzila.
- Fonseca, A. (1985). *Sobre os kikongos de Angola*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Fonseca, D. J. (2012). As línguas nacionais e o prestígio português em Angola. *Anais do SIELP* 2(1). Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_083.pdf>. Acedido em: 28 jun. 2018.
- Kamuxitu, J. (2008). *Dicionário Português-Kimbundu, Kimbundu-Português*. (3ª ed.) Luanda, Angola.
- Lastra, Y. (2003). *Sociolingüística para hispanoamericanos. Una Introducción*. (3ª ed.) Cidade do México, México: El Colegio de México.

- Le Guennec, G. & Valente, J. F. (2010). *Dicionário Português-Umbundu*. Lobito, Angola: Escolar Editora.
- Maia, A. da S. (2010). *Dicionário Complementar; Português-Kimbundu-Kikongo: Línguas nativas do centro e norte de Angola*. (3ª ed.) Luanda, Angola: Editorial Nzila.
- Mbangale, M. T. (1998). *Integração dos empréstimos portugueses em suaili: Aspectos morfológicos, semânticos e lexicais*. (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa).
- Melo, G. C. de. (1981). *A Língua no Brasil*. (4ª ed) Rio de Janeiro, Brasil: Padrão.
- Mingas, A. A. (2007). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. (2ª ed) Luanda, Angola: Chá de Caxinde.
- Pepetela. (1985). *O cão e os calús*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- Puzzinato, A. P. & Aguilera, V. de A. (2006). A presença de africanismos na língua portuguesa do Brasil. *Revista Afroatitudianas*, 1(1), 1-38. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/afroatitudianas/volume-1-2006/Ana_Paula_Puzzinato.pdf>. Acedido em: 04 fev. 2018.
- Ribas, Ó. (2014). *Dicionário de regionalismos angolanos*. Luanda, Angola: Fenacult.
- Sacanene, B. (2016). *Análise e funcionamento dos angolanismos no léxico do português* (Dissertação de mestrado, Universidade Agostinho Neto).
- Iriarte Sanromán, Á. (2001). *A Unidade Lexicográfica. Palavras, Colocações, Frasemas, Pragmatemas* (Tese de doutoramento, Universidade do Minho).
- Savimbi, J. (1979). *Angola, a resistência em busca de uma nova nação*. Lisboa, Portugal: Agência Portuguesa de Revistas.
- Tinhorão, J. R. (1988). *Os Negros em Portugal, uma Presença Silenciosa*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.
- Undolo, M. (2016). *A norma do português em Angola, subsídios para o seu estudo*. Caxito, Angola: ESP-Bengo.
- Vieira, J. L. (1989). *Velhas Estórias*. (3ª ed.) Luanda, Angola: União dos Escritores Angolanos.
- William, H. F. (2008). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Xitu, U. (1988). *Manana*. Luanda, Angola: União dos Escritores Angolanos.

[recebido em 06 de setembro de 2018 e aceite para publicação em 02 de dezembro de 2018]

